Art. 2.º As obras nos edificios e monumentos nacionais existentes nas ilhas dos Açores serão executadas sob a direcção do pessoal das obras públicas dependentes das Juntas Gerais dos distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ficando também a cargo do pessoal das obras públicas da Junta Geral d'este último distrito as obras nos edificios públicos do distrito da Horta.

Art. 3.º Os serviços públicos dependentes do Estado que têm a seu cargo edificios existentes nas ilhas adjacentes, cujas reparações dependem da Direcção Geral de Obras de Edificios e Monumentos Nacionais, requisitarão a esta Direcção Geral as reparações que se tornem necessárias e, obtida autorização da mesma Direcção Geral, solicitarão das Juntas Gerais a elaboração dos respectivos orçamentos pelo pessoal de obras públicas dependente das mesmas Juntas. Estes orçamentos serão enviados à Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais, para aprovação.

Art. 4.º Aprovado o orçamento de qualquer obra, será enviado, para execução, ao director do serviço a cargo de quem se encontre o edificio, requisitando este a execução da obra à Junta Geral, que imediatamente mandará proceder à mesma nos termos do respectivo orçamento.

Art. 5.º As fôlhas de salários e material, organizadas sob a direcção do engenheiro director das obras da Junta Geral, serão remetidas à 8.ª Repartição da Direcção Geral de Contabilidade Pública para serem conferidas e autorizadas.

Art. 6.º Na execução das obras ter-se-á sempre em vista a doutrina do decreto n.º 16:791, de 30 de Abril de 1929.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Decreto n.º 18:038

Considerando as vantagens de intensificar o movimento de cargas e descargas nos cais do Pôrto de Lisboa;

Considerando que esse desiderato só se poderá conseguir pela deminuição das taxas que incidem em mercadorias que transitam pelos mesmos cais, no fornecimento de água a navios feito pelo Pôrto de Lisboa e no aluguel de aparelhos de guindar e transportadores de carvão;

Considerando a conveniência de tornar homogênea a forma de cobrança de direitos de cais dos passageiros que desembarcam e embarcam com as suas bagagens nas *gares* marítimas do Pôrto de Lisboa;

Considerando que aos volumes de pêso mínimo que transitam pelos cais livres do Pôrto de Lisboa não é justo que se cobrem quaisquer tarifas;

Considerando finalmente que a deminuição de algumas taxas será compensada pelo aumento de movimento de mercadorias nos referidos cais e pelo aumento de fornecimento de água a navios;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros do Comércio e Comunicações e das Finanças:

Hei por bem decretar:

Direitos de cais

Artigo 1.º As taxas de direito de cais que incidem sobre os veículos a seguir indicados passam a ser as seguintes:

Automóveis de dois lugares	2\$50
Automóveis de quatro lugares	3\$00
Automóveis de seis lugares	3\$50
Motocicletas com <i>side-car</i>	1\$50
Motocicletas	1\$00
Bicicletas ou semelhantes	\$60

Art. 2.º São exceptuados do pagamento da taxa de direito de cais os volumes até 10 quilogramas que transitam pelos cais livres do Pôrto de Lisboa.

Desembarque e embarque de passageiros nas *gares* marítimas

Art. 3.º Os passageiros e suas bagagens desembarcados ou embarcados nas *gares* marítimas do Pôrto de Lisboa ficam sujeitos ao pagamento das taxas a seguir indicadas, pela parte correspondentemente aos serviços da Administração Geral do Pôrto de Lisboa:

Operações	Por passageiro	
	De 1.ª e 2.ª classes	De 3.ª classe
Desembarque		
No caso de:		
O navio fundear ao largo:		
Pelo transporte de passageiro e sua bagagem	15\$00	7\$50
Pelo tráfego e direitos de desembarque	6\$00	3\$00
O navio atracar ao cais:		
Pelo tráfego e direitos de desembarque	6\$00	3\$00
Embarque		
Pelos direitos de embarque de passageiro e sua bagagem.	4\$00	2\$00

§ único. Para efeitos de aplicação das taxas d'este artigo são consideradas "*gares* marítimas" o Entreposto de Alcântara e o Pôrto Marítimo de Desinfecção.

Art. 4.º As taxas a que o artigo antecedente se refere serão cobradas: as de desembarque directamente pela Alfândega de Lisboa e entregues oportunamente à Administração Geral do Pôrto de Lisboa, nos termos do n.º 2.º da tabela anexa à lei de 9 de Setembro de 1908, e as de embarque passarão a ser incluídas nos preços das passagens e entregues à mesma Administração Geral pelas respectivas agências, contra recibo.

Passageiros em trânsito

Art. 5.º A importância de 1\$. até agora cobrada directamente dos passageiros em trânsito por direitos de desembarque e embarque, passará a ser cobrada pelas agências ou empresas de navegação transportadoras d'esses passageiros, conjuntamente com o custo das pas-

sagens, e entregue à Administração Geral do Porto de Lisboa, contra recibo.

Fornecimento de água a navios

Art. 6.º Pelo fornecimento de água a navios nacionais ou estrangeiros passarão a ser cobradas as seguintes taxas:

Por terra. 4\$00 por tonelada
Ao largo. 4\$50 por tonelada

§ único. A fracção mínima de água fornecida ao largo é de cinco toneladas.

Art. 7.º Aos agentes angariadores do fornecimento de água ao largo será dada uma comissão de 10 por cento sobre a importância cobrada.

Art. 8.º Para além dos limites Cais da Fundação, Pon-

tal de Cacilhas e Cordoaria, Porto Brandão, cobrar-se hão mais \$50 por tonelada de água fornecida.

Art. 9.º Aos fornecimentos anuais superiores a 10:000 toneladas aplicar-se há um desconto de 10 por cento.

Art. 10.º Todo o serviço de fornecimento de água além das horas regulamentares de serviço será facturado com mais 10 por cento.

Art. 11.º Havendo pedidos de fornecimento de água por meio de barcas, e não sendo a água fornecida por culpa do requisitante, será a êste facturada toda a despesa ocasionada pela mobilização dos respectivos aparelhos.

Aluguer de aparelhos de guindar e transportadores de carvão

Art. 12.º As taxas de aluguer de aparelhos de guindar e transportadores de carvão passam a ser as constantes da tabela seguinte:

Para emprêgo de fôrça	Eléctrico		Hidráulico		A vapor		Manual	
	Por uma hora	Por meia hora						
Até 1:500 quilogramas	36\$00	20\$00	30\$00	17\$00	27\$00	15\$00	9\$00	5\$00
Superior a 1:500 até 3:000 quilogramas	42\$00	24\$00	36\$00	20\$00	33\$00	18\$50	12\$00	6\$50
Superior a 3 até 6 toneladas	48\$00	27\$00	-\$-	-\$-	39\$00	22\$00	-\$-	-\$-
Superior a 6 até 12 toneladas	60\$00	34\$00	-\$-	-\$-	45\$00	25\$00	-\$-	-\$-
Superior a 12 até 20 toneladas	150\$00	84\$00	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-
Transportadores de carvão	36\$00	20\$00	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-

Art. 13.º Para efeitos da aplicação das taxas do artigo antecedente, contar-se há o tempo de aluguer dos guindastes e transportadores de carvão desde que o aparelho tenha sido pôsto à disposição do requisitante até terminar o serviço para que foi requisitado.

Art. 14.º Os aparelhos de guindar serão fornecidos com um maquinista, sendo o restante pessoal necessário fornecido pelo respectivo alugador ou de conta especial do mesmo.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Comércio e Comunicações e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1930.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Antunes Guimarães.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico

Repartição do Ensino Superior e Artístico

Decreto n.º 18:039

Convindo ampliar o artigo 75.º do Estatuto Universitário de 2 de Outubro de 1926, alterado pelo artigo 22.º do decreto n.º 16:623, de 18 de Março de 1929, aos assistentes das Faculdades, de harmonia com o disposto no decreto n.º 14:116, de 6 de Agosto de 1927;

Tendo em vista o parecer dos reitores das Universidades:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extensivo aos assistentes das Faculdades Universitárias o disposto no artigo 22.º do decreto n.º 16:623, de 18 de Março de 1929, relativamente a contratos de professores auxiliares provisórios.

Art. 2.º Êste decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 27 de Fevereiro de 1930.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Muteus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

Decreto n.º 18:040

Considerando que se torna indispensável remodelar as condições até agora adoptadas para admissão de doentes pobres ou indigentes no Hospital Escolar das Clínicas Gerais e Especiais da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;

Considerando que já foram publicadas disposições legais no sentido exposto para o internamento nos Hospitais Cíveis de Lisboa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto